

**Previdência social rural e desenvolvimento territorial: um estudo exploratório em
Arroio Grande, RS**

***Rural social security and territorial development: an exploratory study in Arroio Grande,
Rio Grande do Sul, Brazil***

Kamily Emanuele do Nascimento Araújo

Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Rio Grande do Sul (RS), Brasil

Cláudio Becker

Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Rio Grande do Sul (RS), Brasil

Mikaela Kauana Griebler Graf

Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, Rio Grande do Sul (RS), Brasil

Shirley Grazieli da Silva Nascimento

Universidade Federal do Paraná. Curitiba, Paraná (PR), Brasil

GT 05 - Agricultura familiar, ruralidades e relações de gênero no meio rural

Resumo: O objetivo deste estudo foi analisar os contornos da aposentadoria rural em Arroio Grande, RS. Além de investigar os contextos de acesso à essa política pública universal para os agricultores familiares, buscou-se compreender a relação desse benefício social com o fenômeno do êxodo rural. Para tanto, a pesquisa contou com uma amostra intencional exploratória, composta por seis aposentados rurais, sendo três residentes atualmente na área urbana e três da área rural do município. Os resultados evidenciaram que o processo de aposentadoria é percebido como difícil, burocrático e demorado. Observou-se, ainda, que a maioria dos entrevistados continua exercendo alguma atividade laboral mesmo após a concessão do benefício, seja por considerarem o valor recebido insuficiente para a manutenção de suas necessidades básicas. A conclusão preliminar, com base na amostra estudada, é de que o envelhecimento da população é um fator que afeta o conjunto da população.

Palavras-chave: Aposentadoria rural; Idosos; Êxodo Rural; Previdência Social.

Abstract: The objective of this study was to analyze the features of rural retirement in Arroio Grande, RS. In addition to investigating the contexts of access to this universal public policy for family farmers, it sought to understand the relationship between this social benefit and the phenomenon of rural exodus. To this end, the research relied on an intentional exploratory sample, consisting of six rural retirees, three currently residing in the urban area and three in the rural area of the municipality. The results showed that the retirement process is perceived as difficult, bureaucratic, and time-consuming. It was also observed that most respondents continue to engage in some work activity even after being granted the benefit, either because they consider the amount received insufficient to meet their basic needs. The preliminary conclusion, based on the sample studied, is that population aging is a factor that affects the population as a whole.

Keywords: Rural Retirement; Elderly; Rural Exodus; Social Security.

1. Introdução

A Previdência Social Rural é uma política redistributiva de renda, de abrangência universal, que concede um benefício de aposentadoria aos agricultores por idade e também por pensão. Assim sendo, os recursos previdenciários possuem suma importância para a renda de muitos brasileiros, majoritariamente os idosos que vivem no campo (Alves *et al.* 2009). De acordo com Delgado e Cardoso Jr. (1999), a Lei Eloy Chaves, instituída em 1923, que foi a responsável por criar as Caixas de Aposentadorias e Pensões (CAP), destinadas exclusivamente aos trabalhadores urbanos, constituiu-se como o marco precursor da Previdência Social no

Brasil, servindo de referência para a posterior ampliação dos direitos previdenciários a outros segmentos da população.

Conforme Biolchi (2002) no contexto atual, a política pública de Previdência Social tem desempenhado um papel fundamental na manutenção de uma parcela significativa de agricultores familiares no campo, ao garantir uma fonte de renda estável e contínua. Segundo o autor, esse benefício contribui diretamente para a permanência das famílias no meio rural, funcionando como uma importante estratégia de reprodução social e econômica. Por seu turno, na obra de Cazella *et al.* (2016) destaca-se a ausência de um sistema de cadastro das unidades produtivas que identifique agricultores ativos, com ou sem sucessores, e aposentados que deixaram o meio rural. Esses dados são essenciais para o setor previdenciário e para avaliar os efeitos da aposentadoria rural. Isso permite compreender se ela fortalece a permanência no campo ou contribui para o esvaziamento rural, influenciando no desenvolvimento territorial.

Diante deste contexto, o problema de pesquisa que orienta este estudo é: i) como os beneficiários avaliam o acesso à aposentadoria social rural? ii) a aposentadoria rural enquanto auxílio financeiro para os segurados especiais, consegue atingir o seu propósito de suprir as necessidades econômicas e sociais dessas pessoas? iii) O recebimento desse benefício interfere na opção dos idosos em continuarem na área rural ou contribui para o êxodo rural?

Para responder estas indagações estipulou-se o seguinte objetivo de pesquisa: analisar os contornos da aposentadoria rural em Arroio Grande (RS), verificando questões de acesso e as influências no fenômeno do êxodo rural.

2. Metodologia

A presente pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem qualitativa, na qual a comunicação do pesquisador em campo e sua subjetividade, assim como a dos sujeitos pesquisados, fazem parte do próprio processo de investigação (Flick, 2008). O lócus de realização do estudo foi o município de Arroio Grande/RS por conta da sua abrangência populacional considerada pequena, contando com 17.558 habitantes (IBGE, 2022), o que permite uma melhor análise do contexto geral a qual os moradores vivem.

A amostra intencional contou com 6 entrevistados, 3 residentes da área rural e 3 residentes da área urbana. Com o intuito de garantir o anonimato dos seis entrevistados e possibilitar a identificação da amostra ao longo da análise, foram atribuídos códigos aos participantes, sendo definido “EAR” para os entrevistados aposentados residentes da área rural e “EAU” para os entrevistados aposentados residentes da área urbana.

Enquanto instrumento de pesquisa foi utilizado um roteiro de questões, contendo 9 perguntas abertas para os entrevistados rurais e 8 perguntas abertas para os urbanos. As entrevistas foram conduzidas diretamente pela primeira autora, sendo que as respostas conformaram um banco de dados, sobre o qual foram feitas as análises que geraram os resultados apresentados à continuação.

4. Resultados e discussão

Em relação ao processo de concessão da aposentadoria, a maioria dos entrevistados, tanto da área rural quanto da urbana, avaliou esse procedimento como difícil, burocrático e demorado, conforme evidenciado nas falas: “Difícil, bem difícil” (EAR1, 2025) e “Não considero o processo difícil, mas demandou bastante burocracia” (EAR3, 2025). Apenas um entrevistado da área urbana relatou que o processo foi mais simples do que o esperado, atribuindo essa facilidade à organização prévia de seus documentos e ao enquadramento no “modelo 15”, que exige 15 anos de contribuição ao INSS.

Quando questionados sobre a necessidade de continuar trabalhando após a aposentadoria, com exceção de um entrevistado da área rural, todos afirmaram permanecer exercendo alguma atividade. Esse resultado sugere que o benefício, isoladamente, não garante a subsistência e a segurança financeira das famílias, especialmente considerando a idade dos participantes e o desgaste físico associado às atividades desempenhadas ao longo da vida, sobretudo no meio rural. Ao serem indagados sobre a suficiência do valor da aposentadoria para cobrir as despesas mensais, as respostas indicaram percepções distintas, porém majoritariamente apontaram para a insuficiência do benefício. Em relação às mudanças na dinâmica familiar após a concessão do benefício, os entrevistados da área urbana relataram que houve alterações, em sua maioria consideradas positivas, especialmente pela previsibilidade de renda mensal, como evidenciado na fala: “Agora eu sei que todo mês vou ter um valor que vai pelo menos suprir o básico” (EAU2, 2025).

Ao investigar os motivos que levaram alguns participantes a migrarem da área rural para a urbana, destacaram-se fatores como limitações físicas para o trabalho pesado, mudanças familiares e ausência de sucessão na atividade agrícola. Esses relatos evidenciam a importância do apoio familiar para a permanência no campo e demonstram que a decisão de migrar está associada a um conjunto de circunstâncias. Quando perguntados sobre a influência da aposentadoria na decisão de sair do meio rural, as respostas foram variadas. Apenas um entrevistado afirmou que o benefício influenciou diretamente sua decisão, enquanto os demais relacionaram a mudança a fatores como saúde e busca por melhores condições de vida. Nesse

contexto, a aposentadoria aparece mais como suporte financeiro do que como fator determinante da migração.

Por fim, em relação ao uso da aposentadoria para investimentos na atividade agrícola, observou-se que essa prática não é comum entre os entrevistados. Apenas um participante afirmou que o benefício auxilia na atividade produtiva, enquanto os demais relataram utilizar o recurso principalmente para despesas familiares e manutenção das condições de vida.

5. Considerações finais

Em síntese, a partir da realização das entrevistas, foi possível observar que o acesso à Previdência Social Rural é percebido como um processo lento e burocrático. No contexto dos participantes residentes na área rural, as decisões migratórias mostraram-se associadas a um conjunto de fatores, entre os quais se destacam o envelhecimento, a estrutura familiar e o fenômeno do êxodo rural. Já entre os participantes residentes na área urbana, a aposentadoria, na maioria dos casos, não foi o fator determinante da migração, atuando principalmente como suporte financeiro e possibilitando maior segurança econômica e planejamento da vida fora do campo. Os resultados preliminares desta etapa exploratória indicam a necessidade de aprofundamento analítico na fase definitiva da pesquisa, a fim de compreender de forma mais consistente a relação entre aposentadoria rural, permanência no campo e êxodo rural.

Referências

- ALVES, R *et al.* Conquistas, desafios e perspectivas da previdência social no Brasil vinte anos após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro: **Repositório IPEA**, vol. 1, n 17. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/items/6f1c82a2-24be-46b5-9dbb-b47be00cbfdc>. Acesso em 26 fev. 2026
- BIOLCHI, M. **Agricultura Familiar e Previdência Social Rural: Efeitos da Implementação do Sistema de Aposentadorias e Pensões Para os Trabalhadores Rurais**. Porto Alegre. 2002.
- DELGADO, G. C.; CARDOSOS JR. J. C. recente da universalização. Rio de Janeiro: **Repositório IPEA**, 1999. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/items/5ccc9b2c-7a47-4b39-ac38-332db99c5752>. Acesso em: 20 dez. 2025.
- CAZELLA, *et al.* Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil: o dilema entre inclusão produtiva e assistência social. **Política e Sociedade**. v. 15. 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2016v15nesp1p49>. Acesso em: 20 de mar. 2026.
- FLICK, U. **Introdução a Pesquisa Qualitativa**. 3^o ed. Porto Alegre: Artmed. Tradução de Joice Elias Costa. 2009.
- IBGE. **Cidades e Estados**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/arroio-grande.html>. Acesso em: 25 jan. 2026.
- SCHWARZER, H. **Previdência rural e combate à pobreza no Brasil – Resultados de um estudo de caso no Pará**. Brasília-DF: Estudos Sociedade e Agricultura. 2000.